

**Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da
República**

Registo

V. Ref.^a

Data

I_COM1XV/2024/14

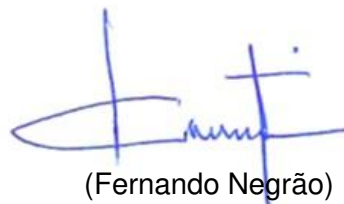
12-01-2024

ASSUNTO: Relatório de Atividades da 2.^a Sessão Legislativa da XV Legislatura

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto envio a Vossa Excelência relatório de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias referente à 2.^a sessão legislativa da XV Legislatura, aprovado por unanimidade, na ausência do GP do BE, na reunião de 10 de janeiro de 2024.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,



(Fernando Negrão)

Relatório de Atividades

XV Legislatura
2.^a Sessão Legislativa

Este Relatório de Atividades foi aprovado na reunião de Comissão de 10 de janeiro de 2024. *

*com a inserção de atualizações até 11 de janeiro

INDICE

1. A COMISSÃO	7
- COMPETÊNCIAS	7
- COMPOSIÇÃO.....	10
- REUNIÕES DA COMISSÃO.....	11
2. ATIVIDADE LEGISLATIVA E RESOLUÇÕES	12
- PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI.....	12
- PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO.....	21
3. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	24
- RELATÓRIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEIA ...	24
- AUDIÇÕES	24
- AUDIÊNCIAS.....	27
- PROJETOS DE VOTO	28
- RELATÓRIOS APRESENTADOS QUE MERECEM PARECER DA COMISSÃO.....	29
- REQUERIMENTOS DOS GP/DURP.....	29
4. PROCESSOS ESPECIAIS	31
- OE E CONTAS PÚBLICAS	31
5. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS	31
6. ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS EUROPEUS ESCRUTÍNIO DAS INICIATIVAS EUROPEIAS	32
7. RELAÇÕES EXTERNAS	33
- COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR.....	33
- VISITAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS	33
8. APROXIMAÇÃO AOS CIDADÃOS	33
- PETIÇÕES.....	33
- INICIATIVAS LEGISLATIVAS DE CIDADÃOS.....	35
- PÁGINA DA COMISSÃO.....	35
- DESLOCAÇÕES/VISITAS/REPRESENTAÇÕES	35
- EVENTOS.....	35
- VISITAS NÃO FORAM REALIZADAS VISITAS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA	35
- DESLOCAÇÕES / REPRESENTAÇÕES	36
9. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	38
- SUBCOMISSÕES.....	38

NOTA INTRODUTÓRIA

A dissolução da Assembleia da República, anunciada pelo Senhor Presidente da República, porá termo ao funcionamento regular das Comissões Parlamentares, nos termos do n.º 3 do artigo 172.º da Constituição da República Portuguesa, pelo que, muito embora decorrendo ainda, até ao início da XVI Legislatura, a 2.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura, cabe, nos termos regimentais, apresentar um relatório da atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias até ao termo do referido período de funcionamento regular – de 15 de setembro de 2023 à presente data.

Considerando a sempre muito exigente intervenção legislativa, em complexidade e quantidade, de que a Comissão foi incumbida, e a fiscalização da atividade do Governo, bem como o esforço de aproximação aos cidadãos, que constituem suas incumbências específicas, aquela circunstância determinou uma conclusão mais célere de alguns dos procedimentos legislativos em curso, de modo a que muitos dos mais complexos processos legislativos ficassem concluídos e que o escrutínio da atividade do Governo fosse levado a cabo. A Comissão contribuiu, ainda assim, em largo número, para a estatística da atividade das Comissões, sobretudo em reuniões, audições e processo legislativo tramitado e concluído.

Acrescem à atividade da Comissão as atividades da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação e da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais, bem como dos seus 5 grupos de trabalho, em funcionamento nesta sessão, que ainda tiveram funcionamento regular até à presente data.

Atividade legislativa

A sessão compreendeu um período de debate periódico nas áreas suscitadas pela apresentação das 21 iniciativas legislativas de cuja apreciação a Comissão foi incumbida, grande parte tendo dado origem à aprovação de Leis da Assembleia da República (nesta data algumas das quais ainda aguardando promulgação ou sob a forma de Decreto da Assembleia da República).

Na apreciação de todas as iniciativas, foi mantida a interação com as entidades com competência nas matérias legisladas, sobretudo através de consultas escritas, mas também de audições, muito embora sem possibilidade temporal de realização de todas

as audições consideradas relevantes para a instrução dos processos legislativos tramitados na Comissão.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma parte baixou à Comissão em data coincidente com a da sua apreciação na generalidade em Plenário ou, pelo menos, sem que tivesse sido observado o prazo regimental para a aprovação de relatório. Tal situação confirmou uma preocupação que já havia sido expressa em anteriores legislaturas: a da necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos no Regimento de 2020 e confirmados na revisão de 2022, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do relatório prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário. O cumprimento dos prazos regimentais, salvo ponderosas circunstâncias de oportunidade política, é um pressuposto de uma produção legislativa mais esclarecida, mais ponderada e mais cuidada.

Atividade fiscalizadora

A Comissão não teve, portanto, oportunidade de ouvir todas as entidades que pudessem contribuir para a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas, mas ainda realizou a audição dos membros do Governo com competência naquelas áreas, no exercício do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, tanto na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2024, como a requerimento ou por iniciativa daqueles. No curto período em análise, realizou 15 audições de grande relevância, de que são exemplo, para além daquelas, as da Provedora de Justiça; da Agência para a Modernização Administrativa, I.P.; do Centro Nacional de Cibersegurança; do Conselho das Comunidades Portuguesas; da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos; do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; do Instituto dos Registos e Notariado, I.P.; da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. e de uma candidata a Juiz do Tribunal Constitucional .

Atividade específica

A Comissão constituiu o júri do Prémio Direitos Humanos 2023 e apreciou as candidaturas respetivas, tendo proposto ao Senhor Presidente da Assembleia da República a atribuição do Prémio Direitos Humanos *ex-aequo* a duas organizações que,

no terreno, têm trabalhado na área da proteção das crianças: a P.A.J.E. – Plataforma de Apoio a Jovens ex-Acolhidos, pelo seu trabalho de promoção da inclusão social e laboral de jovens adultos que viveram acolhidos em crianças, apoiando-os em situações burocráticas quotidianas e apoio psicológico e jurídico, através dos conhecimentos e experiência de profissionais voluntários, e o ProChild - Laboratório Colaborativo, pelo seu trabalho no combate à pobreza e exclusão social na infância e de contributo para políticas públicas de defesa dos direitos das crianças, através de uma abordagem científica transdisciplinar e de articulação dos setores público e privado.

Mais deliberou o Júri, nos termos do artigo 11.º do Regulamento, por unanimidade dos presentes, propor a atribuição da medalha de ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos aos membros da extinta Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa – Pedro Strecht, Álvaro Laborinho Lúcio, Ana Nunes de Almeida, Catarina Vasconcelos, Daniel Sampaio e Filipa Tavares, distinguindo-os pelo amplo e intensivo estudo realizado de janeiro a outubro de 2022 para desocultação e caracterização de situações de abuso de crianças na Igreja Católica em Portugal, que permitiu alertar consciências e desbravar caminho para a denúncia, revelação e intervenção junto de adultos que foram abusados na infância, e constitui contributo inestimável para o reforço da transparência de todas as instituições, como elemento preventivo de situações abusivas.

Aproximação aos cidadãos: petições e correspondência

Apesar do curto período de funcionamento regular, a Comissão apreciou 12 petições, tendo ainda admitido outras que, por força da iminente dissolução da Assembleia da República, não chegaram a ver a sua apreciação concluída ainda no curso da Legislatura.

A Comissão procurou agilizar o tratamento de todo o expediente recebido, para que nenhum cidadão ficasse sem resposta na Legislatura, tendo apreciado diversos documentos, muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, a que se procurou responder após recolha de informação relevante, no cumprimento do dever de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

Acompanhamento dos assuntos europeus

A Comissão efetuou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de 4 relatórios.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda na 9.ª reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol).

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na página da [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias \(CACDLG\)](#), as seguintes informações:

- ✓ [Competências da Comissão;](#)
- ✓ [Plano de Atividades - 2.ª Sessão Legislativa.](#)

Palácio de S. Bento, 10 de janeiro de 2024

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



FERNANDO NEGRÃO

1. A COMISSÃO

- *Competências*

No uso das suas atribuições, compete à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG):

- Ocupar-se das questões que tenham por objeto a interpretação ou a aplicação de preceitos constitucionais;
- Tratar de todos os assuntos respeitantes aos direitos e deveres fundamentais consignados na Constituição e na lei, em todas as matérias inerentes às áreas de competência desta Comissão, conforme definido pela Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, designadamente:
 - Direitos, Liberdades e Garantias (todos os constantes do Título II da Parte I da CRP, designadamente os direitos de personalidade, com exceção dos previstos no Capítulo III – Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores – e dos relativos à comunicação social);
 - Justiça, Reinserção Social e Assuntos Prisionais;
 - Administração Interna, incluindo matéria eleitoral, designadamente a relativa ao exercício dos direitos de voto e de referendo – sem prejuízo da articulação com a Comissão competente em matéria de regime eleitoral e estatuto dos titulares dos órgãos do poder local –, e matéria de proteção civil, sem prejuízo da competência de outras comissões relativamente aos incêndios florestais;
 - Regime jurídico da imigração, asilo e refugiados; migrações, integração e diálogo intercultural;
 - Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça;
 - Direitos Humanos;
 - Cidadania, igualdade e não discriminação, combate à violência contra as mulheres e contra a violência doméstica e combate ao tráfico de seres humanos;
 - Proteção das crianças e jovens em risco e dos idosos, sem prejuízo da necessária articulação com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, também com competências funcionais nesta área;
 - Regimes jurídicos do direito de petição e da iniciativa legislativa de cidadãos;
 - Definição de regimes sancionatórios em domínios setoriais, sem prejuízo da competência principal da comissão parlamentar que, em cada caso, for competente em razão da matéria, designadamente em matéria de segurança rodoviária, através da

tramitação de iniciativas legislativas de revisão ou de alteração ao Código da Estrada, sem prejuízo da competência da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação;

– Acompanhar, fiscalizar e pronunciar-se sobre a ação do Governo e da Administração nas áreas sob responsabilidade política da Ministra da Presidência, da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, da Ministra da Justiça, e do Ministro da Administração Interna.

No uso das suas atribuições, compete à Comissão:

– Dar parecer sobre questões de interpretação da Constituição;

– Dar parecer sobre a constitucionalidade de propostas e projetos de lei ou outras iniciativas parlamentares, quando tal lhe seja solicitado pelo Presidente da Assembleia da República ou por outras comissões parlamentares permanentes, e produzir os correspondentes pareceres;

– Dar parecer, a pedido do Presidente da Assembleia da República, sobre conflitos de competência entre comissões;

– Apreciar os projetos e as propostas de lei, os projetos de resolução e de regimento que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Assembleia da República e produzir os correspondentes pareceres;

– Apreciar as questões regimentais e emitir parecer sobre interpretação e aplicação de normas e integração de lacunas do Regimento, quando lho solicitem o Presidente da Assembleia da República, a Mesa ou o Plenário;

– Apreciar e votar na especialidade os textos aprovados na generalidade pelo Plenário e eventuais propostas de alteração, nos termos do disposto no artigo 168.º da Constituição e no Regimento;

– Apreciar as petições dirigidas à Assembleia da República que se inscrevam no âmbito das competências desta e cujo objeto se inscreva no âmbito das atribuições da Comissão;

– Acompanhar, apreciar e pronunciar-se, nos termos da Constituição e da lei, sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia e sobre as iniciativas europeias que sejam da sua competência;

– Propor ao Presidente da Assembleia da República a realização de debates temáticos em Plenário em matéria da sua competência, para que a Conferência de Líderes julgue da sua oportunidade e interesse, e designar relator se a proposta for aprovada;

– Constituir o Júri do Prémio Direitos Humanos da Assembleia da República e apreciar as candidaturas que ao mesmo sejam apresentadas (nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 69/98, de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas

pela Resolução da Assembleia da República n.º 48/2002, de 20 de julho, bem como do Regulamento do Prémio);

- Constituir, em conjunto com a Comissão de Educação e Ciência, o Júri do Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares e apreciar as candidaturas que ao mesmo sejam apresentadas (nos termos do Despacho do Presidente da Assembleia da República n.º 56/XIII, de 15 de setembro de 2017);
- Elaborar, até ao final de cada sessão legislativa, a sua proposta de plano de atividades e respetiva proposta de orçamento para a sessão legislativa seguinte, para serem submetidas à apreciação do Presidente da Assembleia da República;
- Elaborar e aprovar o seu regulamento.

A competência concorrente de outras comissões parlamentares permanentes em razão da matéria limita o trabalho desta Comissão às questões de constitucionalidade e da salvaguarda dos direitos fundamentais.

Mantiveram-se durante a sessão legislativa as seguintes Subcomissões e Grupos de Trabalho, cuja atividade se encontra discriminada no ponto 10 do Relatório:

Subcomissões

[Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais](#)

[Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#)

Grupos de Trabalho

[Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República](#)

[Grupo de Trabalho - Metadados \(PJLs 70, 79 e 100 e PPL 11\)](#)

[Grupo de Trabalho-Audições de Peticionantes e Audiências](#)

[Grupo de Trabalho-Avaliação da Legislação sobre Abusos Sexuais contra Menores](#)

[Grupo de Trabalho-Júri Prémio Direitos Humanos 2023](#)

- Composição

A Comissão iniciou funções no dia 13 de abril de 2022 e nos termos da [Deliberação n.º 1-PL/2022](#) é composta por [26 Deputados efetivos](#) e [24 Deputados suplentes](#). A Mesa da Comissão é constituída pelo Deputado [Fernando Negrão](#) (Presidente, PSD), pela Deputada [Cláudia Santos](#) (Vice-Presidente, PS) e pelo Deputado [Pedro Pinto](#) (Vice-Presidente, CH), conforme descrito nos quadros infra.

MEMBROS EFETIVOS 12-PS / 8-PSD / 1-CH / 1-IL / 1-PCP / 1-BE / 1-PAN / 1-L	
Fernando Negrão , <i>Presidente</i> Cláudia Santos , <i>Vice-Presidente</i> Pedro Pinto , <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PSD PS CH
Alexandra Leitão Anabela Real Francisco Pereira de Oliveira Isabel Alves Moreira Joana Sá Pereira , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Marta Temido Patrícia Faro Paulo Araújo Correia Pedro Anastácio Pedro Delgado Alves Romualda Nunes Fernandes	PS
André Coelho Lima Andreia Neto Emília Cerqueira Mónica Quintela , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Ofélia Ramos Paula Cardoso Sara Madruga da Costa	PSD
Patrícia Gilvaz , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	IL
Alma Rivera , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Pedro Filipe Soares , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	BE
Inês de Sousa Real , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PAN
Rui Tavares , <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	L

MEMBROS SUPLENTE 12-PS / 8-PSD / 1-CH / 1-IL / 1-PCP / 1-BE	
Bruno Aragão Cristina Mendes da Silva Edite Estrela Eurídice Pereira Isabel Guerreiro Maria Antónia de Almeida Santos Maria de Fátima Fonseca Marta Freitas Nathalie Oliveira Porfírio Silva Raquel Ferreira Susana Amador	PS
Catarina Rocha Ferreira César Vasconcelos Clara Marques Mendes Cristiana Ferreira Hugo Carneiro João Moura Lina Lopes Sofia Matos	PSD
Bruno Nunes	CH
João Cotrim Figueiredo	IL
Paula Santos	PCP
Joana Mortágua	BE

Verificaram-se as seguintes alterações na composição da CACDLG:

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2023-09-22	CRISTINA MENDES DA SILVA (PS) (PORTO) (Suplente)	
2023-09-22		PAULA REIS (PS) (CASTELO BRANCO) (Suplente)
2024-01-01		MÁRCIA PASSOS (PSD) (PORTO)
2024-01-10	CÉSAR VASCONCELOS (PSD) (PORTO) (Suplente)	

- Reuniões da Comissão

Mês	Dia	Total
setembro de 2023	20 e 27	2
outubro de 2023	4, 10, 11(3), 18, 25(2)	8
novembro de 2023	6(2), 7, 23, 27 e 28	6
dezembro de 2023	7, 13/13*, 19 e 20	5
janeiro de 2024	3, 4, 10 e 11	4
Total		25

* Extraordinária

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#)

Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos entre 14 de setembro 2023 a 11 de janeiro de 2024

Totais Relativos de 15 setembro 2023 a 11 janeiro 2024											
GP/DURP	Presenças					Ausências					Total de Reuniões
	Efetivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total	
PS	238	41	6	41	326	23	8	22	3	56	25
PSD	160	45	8	60	273	20	2	12	2	36	
CH	11	1	10	0	22	2	0	5	0	7	
IL	22	0	0	0	22	0	0	2	0	2	
PCP	19	0	0	0	19	3	1	2	0	6	
BE	16	3	0	0	19	3	0	6	0	9	
PAN	10	0	0	0	10	6	1	7	0	14	
L	8	0	0	0	8	3	2	11	0	16	
Totais	484	90	24	101	699	60	14	67	5	146	

2. ATIVIDADE LEGISLATIVA E RESOLUÇÕES

Iniciativas Legislativas

Baixaram à CACDLG, na 2.ª Sessão Legislativa, 21 iniciativas legislativas:

- 3 Propostas de Lei (1 em conexão)
- 12 Projetos de Lei (3 em conexão)
- 6 Projetos de Resolução

- PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI

- Propostas de Lei

3 Propostas de Lei (1 em conexão)

- 12 Concluídas (9 da 1.ª SL/ 3 da 2.ª SL)

Concluídas

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Proposta de Lei 11/XV/1 (GOV)	27/05/2022	Regula o acesso a metadados referentes a Comunicações Eletrónicas para fins de investigação criminal	01/06/2022	Deliberação de não emissão de parecer	Decreto da Assembleia da República
Proposta de Lei 58/XV/1 (GOV)	07/02/2023	Revê o regime jurídico dos produtos explosivos e das substâncias perigosas	08/02/2023	Emília Cerqueira (PSD)	caducada com a aceitação da demissão do Governo
Proposta de Lei 72/XV/1 (GOV)	19/04/2023	Altera a Lei da Nacionalidade	26/04/2023	Catarina Rocha Ferreira (PSD)	caducada com a aceitação da demissão do Governo
Proposta de Lei 82/XV/1 (GOV)	16/05/2023	Procede à criação da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial	24/05/2023	Catarina Rocha Ferreira (PSD)	Decreto da Assembleia da República
Proposta de Lei 89/XV/1 (GOV)	01/06/2023	Transpõe a Diretiva 2011/93/UE relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e amplia o âmbito do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência	07/06/2023	Pedro Pinto (CH)	Decreto da Assembleia da República
Proposta de Lei 91/XV/1 (GOV)	02/06/2023	Estabelece regimes excecionais de exercício do direito de voto em mobilidade e do direito de voto antecipado para a eleição do Parlamento Europeu a realizar em 2024	07/06/2023	Hugo Carneiro (PSD)	Lei 80/2023
Proposta de Lei 94/XV/1 (GOV)	14/06/2023	Estabelece o regime jurídico da integridade do desporto e do combate aos comportamentos antidesportivos	21/06/2023	Patrícia Gilvaz (IL)+Alexandre Poço (PSD) 12ªCCCDJ	Decreto da Assembleia da República
Proposta de Lei 100/XV/1 (ALRAA)	08/08/2023	Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som	14/09/2023	Francisco Pereira de Oliveira (PS)	Relatório CACDLG
Proposta de Lei 103/XV/1 (GOV)	05/09/2023	Autoriza o Governo a aprovar o estatuto disciplinar dos trabalhadores da Polícia Judiciária	14/09/2023	Mónica Quintela (PSD)	Relatório CACDLG
Proposta de Lei 109/XV/2 (GOV)	10/10/2023 (em conexão)	Aprova o Orçamento do Estado para 2024	11/10/2023	Andreia Neto (PSD)/ Pedro Pinto (CH)/ Patrícia Gilvaz (IL)	Lei 82/2023

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Proposta de Lei 110/XV/2 (GOV)	03/11/2023	Procede à alteração dos regimes jurídicos do Cartão do Cidadão, da Chave Móvel Digital e do Recenseamento Eleitoral	16/11/2023	Pedro Filipe Soares (BE)	2023-11-17 Retirada da iniciativa
Proposta de Lei 111/XV/2 (GOV)	06/11/2023	Prevê o regime penal aplicável à ofensa à integridade física dos agentes das forças e serviços de segurança	28/11/2023	x	caducada com a aceitação da demissão do Governo

PROJETOS DE LEI

12 Projetos de Lei (2 em conexão)

- 27 Concluídas (24 da 1.ª SL / 3 da 2.ª SL)
 - 16 Pendentes (1 na generalidade / 7 em nova apreciação na generalidade / 8 na especialidade)

Concluídas

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Projeto de Lei 021/XV/1 (PAN)	08/04/2022	Procede à primeira alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e à aprovação da respetiva regulamentação	20/04/2022	Isabel Alves Moreira (PS)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 040/XV/1 (PSD)	14/04/2022	Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que Aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei	20/04/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 070/XV/1 (PSD)	12/05/2022	Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que Transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente	01/06/2022	Deliberação de não emissão de parecer	Decreto da Assembleia da República

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
		disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022			
Projeto de Lei 072/XV/1 (BE)	18/05/2022	Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais (55.ª alteração ao Código Penal)	01/06/2022	Isabel Alves Moreira (PS)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 079/XV/1 (CH)	23/05/2022	Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, por forma a harmonizá-la com os preceitos constitucionais em vigor	01/06/2022	Deliberação de não emissão de parecer	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 100/XV/1 (PCP)	03/06/2022	Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho sobre conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas	x	x	Rejeitado em Plenário
Projeto de Lei 122/XV/1 (BE)	15/06/2022	Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 37.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro)	22/06/2022	Alexandra Leitão	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 126XV/1 (L)	08/06/2022	Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade	15/06/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 127XV/1 (L)	08/06/2022	Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses	15/06/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 132XV/1 (IL)	08/06/2022	Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade	15/06/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
					apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 133XV/1 (PS)	08/06/2022	Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à 10.ª alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro	15/06/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 134XV/1 (PAN)	08/06/2022	Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade	15/06/2022	Alexandra Leitão (PS)	Texto de Substituição e relatório da nova apreciação na CACDLG
Projeto de Lei 209/XV/1.ª (L)	04/07/2022	Proibição e criminalização das “práticas de conversão”, que visam a repressão da orientação sexual, da identidade de género ou da expressão de género	06/07/2022	Lina Lopes (PSD)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 332/XV/1 (PS)	30/09/2022	Estabelece o quadro para a emissão das medidas administrativas que as escolas devem adotar para efeitos da implementação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto	06/10/2022	Lina Lopes (PSD)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 359/XV/1 (BE)	20/10/2022	Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar	26/10/2022	Lina Lopes (PSD)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 560/XV/1 (PSD)	20/02/2023	Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do	22/02/2023	Pedro Filipe Soares (BE)	Rejeitado em Plenário

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
		recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro			
Projeto de Lei 699/XV/1 (PAN)	04/04/2023	Prevê a criminalização de práticas com vista à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, e promove o estudo destas práticas em Portugal e a garantia de mecanismos de apoio e resposta	05/04/2023	Pedro Pinto (CH)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 707/XV/1 (PS)	04/04/2023	Proíbe práticas atentatórias contra pessoas LGBT+ através das denominadas «terapias de conversão sexual»	05/04/2023	Pedro Pinto (CH)	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 762/XV/1 (PS)	09/05/2023	Altera o regime de atribuição do nome próprio promovendo a autodeterminação da identidade e expressão de género	17/05/2023	Ofício CACDLG - Não emissão de parecer	Texto de substituição e relatório da nova apreciação na generalidade CACDLG
Projeto de Lei 765/XV/1 (L)	19/05/2023	Pela autodeterminação no direito ao reconhecimento da identidade legal de pessoas trans no assento de nascimento de descendentes e no assento de casamento	x	x	Texto de substituição e relatório da nova apreciação na generalidade CACDLG
Projeto de Lei 767/XV/1 (PAN)	19/05/2023	Assegura a neutralidade de género no registo civil e reforça os direitos das pessoas trans, intersexo e não-binárias, alterando o Código de Registo Civil e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado	x	x	Texto de substituição e relatório da nova apreciação na generalidade CACDLG
Projeto de Lei 783/XV/1 (BE)	19/05/2023	Reforça a promoção da autodeterminação de género, procedendo à alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho	x	x	Texto de substituição e relatório da nova apreciação na generalidade CACDLG
Projeto de Lei 838/XV/1 (IL)	30/06/2023	Cria a Possibilidade da Família de Acolhimento ser Candidata à Adoção	x	x	Votação em 2024-01-11 na Reunião

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
					Plenária n.º 39 Rejeitado
Projeto de Lei 834/XV/1 (BE)	20/06/2023	Altera os requisitos e os impedimentos para a candidatura a família de acolhimento e alarga os apoios concedidos ao abrigo da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea	21/06/2023	x	Votação em 2024-01-11 na Reunião Plenária n.º 39 Rejeitado
Projeto de Lei 980/XV/2	-	Procede à alteração dos regimes jurídicos do Cartão do Cidadão, da Chave Móvel Digital e do Recenseamento Eleitoral	x	x	Decreto da Assembleia da República
Projeto de Lei 981/XV/2 (PAN)	06/12/2023	Reduz o número de círculos eleitorais no âmbito das eleições para a Assembleia da República por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de “votos desperdiçados”, alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República	07/12/2023	Hugo carneiro (PSD)	Relatório CACDLG
Projeto de Lei 983/XV/2 (PCP)	12/12/2023	Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia	20/12/2023	Rui Tavares (L)	Relatório CACDLG

- na generalidade

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Projeto de Lei 998/XV/2 (CH)	10/01/2024	Consagra os parâmetros para a revisão do regime e condições de atribuição do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança, auferido pelo pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública e pelos militares da Guarda Nacional Republicana	Atenta a dissolução da Ar não foi possível proceder à sua distribuição	x	Generalidade

• **Em nova apreciação na generalidade**

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Projeto de Lei 006/XV/1 (PAN)	08/04/2022	Alarga a tutela criminal dos animais, procedendo à quinquagésima sexta alteração do Código Penal	20/04/2022	Pedro Delgado Alves (PS)	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 367/XV/1 (IL)	30/11/2022	Altera o Código de Processo Civil, clarificando a revisão de decisões administrativas estrangeiras	07/12/2022	Alexandra Leitão (PS)	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 430/XV/1 (PAN)	22/12/2022	Aprova medidas de combate à discriminação de cidadãos estrangeiros, alterando diversos diplomas	04/01/2023	x	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 592/XV/1 (IL)	23/02/2023	Reforma do sistema de acesso à informação administrativa, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos	01/03/2023	Inês de Sousa Real (PAN)	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 610/XV/1 (IL)	x	Aumenta o prazo de prescrição para denúncia de abuso sexual de menor, alterando o Código Penal	x	x	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 801/XV/1 (PAN)	30/05/2023	Atribui carácter vinculativo às deliberações da CADA emitidas em resposta a queixas dos particulares, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos	31/05/2023	x	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Lei 884/XV/1 (PAN)	14/09/2023	Autoriza o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de registo de dados de saúde dos utentes, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto	20/09/2023	Pedro Anastácio (PS)	Nova apreciação comissão generalidade

• Na especialidade (16)

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Projeto de Lei 008/XV/1 (PAN)	08/04/2022	Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal	20/04/2022	Pedro Pinto (CH)	Especialidade GT-ALSCM
Projeto de Lei 042/XV/1 (PSD)	14/04/2022	Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas e Eleitorais) e terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos)	20/04/2022	Pedro Delgado Alves (PS)	Especialidade
Projeto de Lei 117XV/1 (PAN)	08/06/2022	Aumenta a transparência das contas dos partidos e dos orçamentos das campanhas eleitorais e assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos dispõe de uma estrutura orgânica estável, alterando a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais e a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos	x	impossibilidade e emissão de parecer em tempo útil	Especialidade
Projeto de Lei 518/XV/1 (PAN)	02/02/2023	Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República	08/02/2023	Pedro Delgado Alves (PS)	Especialidade
Projeto de Lei 582/XV/1 (L)	22/02/2023	Consagra um prazo para remoção da propaganda eleitoral e determina que a sua violação constitui contra-ordenação, alterando a Lei n.º	01/03/2023	Ofício CACDLG - Não emissão de parecer	Especialidade

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
		97/88, de 17 de agosto, na sua redação atual			
Projeto de Lei 611/XV/1 (BE)	x	Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, alargando o prazo prescricional dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina sendo a vítima menor	x	x	Especialidade
Projeto de Lei 676/XV/1 (L)	23/03/2023	Cria a Carta dos Direitos da Cidadania Sénior	29/03/2023	Clara Marques Mendes (PSD)	Especialidade
Projeto de Lei 827/XV/1 (PAN)	14/06/2023	Altera regime jurídico do referendo local, eliminando discriminações em vigor quanto aos cidadãos de estados de língua oficial portuguesa com residência legal em Portugal	21/06/2023	x	Especialidade

- PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

5 Projetos de resolução

- 8 Concluídos (1 da 1.ª SL e 7 da 2.ª SL)
- 9 Pendentes (2 aguardam discussão em Comissão / 2 em nova apreciação na generalidade / 5 na especialidade)

Concluídos

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Decisão sobre a apreciação em Comissão ou em Plenário	Estado
Projeto de Resolução 787/XV/1 (L)	30/06/2023	Recomenda ao Governo que reforce os programas de apoio pedagógico para crianças e jovens em acolhimento, como o Plano CASA, e que estes programas incluam medidas concretas para crianças e jovens estrangeiras e com necessidades educativas específicas	x	Resolução da Assembleia da República
Projeto de Resolução 884/XV/2 (L)	19/09/2023	Recomenda ao Governo que implemente, com a máxima urgência, o alargamento do subsídio de desemprego às	em Comissão	Informação - Súmula da discussão em Comissão

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Decisão sobre a apreciação em Comissão ou em Plenário	Estado
		vítimas de violência doméstica conforme aprovado no Orçamento de Estado para 2022		Retirada da Iniciativa
Projeto de Resolução 922/XV/2 (CH)	03/10/2023	Recomenda ao Governo que proceda ao rejuvenescimento do efetivo policial que presta serviço no Algarve, bem como ao reforço permanente desse efetivo e dos meios de policiamento ao seu dispor	em Comissão	Informação - Súmula da discussão em Comissão Rejeitado em Plenário
Projeto de Resolução 939/XV/2 (BE)	12/10/2023	Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais	em Comissão	Resolução
Projeto de Resolução 948/XV/2 (PCP)	24/10/2023	Pela valorização remuneratória e social dos trabalhadores das Forças e Serviços de Segurança	em Comissão	Informação - Súmula da discussão em Comissão Rejeitado em Plenário
Projeto de Resolução 778/XV/1 (BE)	30/06/2023	Recomenda ao Governo a implementação de formação específica de famílias de acolhimento e de candidatos a adoção com vista à sensibilização e capacitação para a adoção de crianças mais velhas	x	Votação em 2024-01-11 na Reunião Plenária n.º 39 Rejeitado
Projeto de Resolução 779/XV/1 (BE)	30/06/2023	Recomenda ao Governo a criação do programa nacional para a prevenção dos maus tratos na infância	x	Votação em 2024-01-11 na Reunião Plenária n.º 39 Rejeitado
Projeto de Resolução 780/XV/1 (BE)	30/06/2023	Recomenda ao Governo o reforço da preparação das crianças e jovens em acolhimento para a vida independente e a contratação e formação de técnicos das casas de acolhimento	x	Votação em 2024-01-11 na Reunião Plenária n.º 39 Rejeitado

Pendentes

Aguarda discussão em Comissão

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Decisão sobre a apreciação em Comissão ou em Plenário	Estado
Projeto de Resolução 544/XV/1 (PAN)	10/03/2023	Recomenda a revisão da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa e a criação de uma Comissão de Reparação para indemnização das vítimas de crimes sexuais	Comissão	Aguarda discussão em Comissão GT-ALSCM
Projeto de Resolução 710/XV/1 (IL)	23/05/2023	Recomenda a realização de um inquérito nacional sobre o abuso sexual de menores na sociedade portuguesa	Comissão	Aguarda discussão em Comissão GT-ALSCM

Em nova apreciação na generalidade em Comissão

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Decisão sobre a apreciação em Comissão ou em Plenário	Estado
Projeto de Resolução 678/XV/1 (PS)	-	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para assegurar o carácter automático, oficioso e gratuito da atualização das várias inscrições nos registos públicos na sequência da alteração do sexo no registo civil e a consequente alteração de nome	x	Nova apreciação comissão generalidade
Projeto de Resolução 697/XV/1 (IL)	-	Recomenda ao Governo que estabeleça a gratuidade das alterações ao Cartão de Cidadão	x	Nova apreciação comissão generalidade

na especialidade em Comissão

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Decisão sobre a apreciação em Comissão ou em Plenário	Estado
Projeto de Resolução 471/XV/1 (PAN)	03/03/2023	Apoia e a saúda a decisão do Senhor Presidente da República de concessão do Grande-Colar da Ordem da Liberdade ao Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky [formato DOCX] [formato PDF] (Substituição do título e do texto da iniciativa a pedido do autor em 2023-02-28.)	discussão agendada para plenário 17mar23	Especialidade
Projeto de Resolução 539/XV/1 (PSD)	09/03/2023	Recomenda ao Governo o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas	Plenário	Especialidade
Projeto de Resolução 683/XV/1 (PAN)	10/05/2023	Recomenda ao Governo a implementação da lei dos serviços digitais e a promoção de ações de sensibilização e formação para o combate ao discurso de ódio online e cyberbullying	Discussão agendada para a reunião plenária de 1 de junho de 2023	Especialidade
Projeto de Resolução 693/XV/1 (PCP)	12/05/2023	Medidas para combate ao discurso de ódio na internet	Vai ser solicitado agendamento para a reunião Plenária pelo proponente - arrastamento (provável agendamento 1 de junho de 2023)	Especialidade
Projeto de Resolução 723/XV/1 (PSD)	24/05/2023	Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal	Plenário	Especialidade

3. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

- *Relatório sobre a participação de Portugal no processo de construção europeia*

Informação integrada no ponto 6. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- *Audições*

Foram realizadas 16 audições (9 a requerimento dos quais 1 potestativo/ 4 conjuntas com outras Comissões).

- Audições com membros do Governo – 7 (4 ao abrigo do artigo 104.º do RAR / 2 a requerimento)
- Audições prévias à eleição de entidades externas – 1
- Audições com outras entidades- 9 (8 a requerimento)

LEG/SL	Número	Entidades / Membros do Governo	Assunto	Data da Audição
XV/2	104-CACDLG-XV	Ministro da Administração Interna	Audição do Ministro da Administração Interna, a seu pedido, para apresentação da preparação para as próximas eleições, em especial as europeias.	2024-01-10
XV/2	103-CACDLG-XV	Ministra da Justiça	Audição da Senhora Ministra da Justiça sobre o processo de naturalização das irmãs brasileiras a quem foi administrado Zolgensma (a Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH)	2024-01-04
XV/2	102-CACDLG-XV	Comunidade Israelita de Lisboa	Audição no âmbito da nova apreciação dos Projetos de Lei n.os 40/XV/1.ª (PSD) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que Aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei; 122/XV/1.ª (BE) - Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 37.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro); 126XV/1 (L) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade; 127XV/1.ª (L) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses; 132XV/1.ª (IL) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da	2023-12-19

LEG/ SL	Número	Entidades / Membros do Governo	Assunto	Data da Audição
			Nacionalidade: 133XV/1.^a (PS) - Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à 10.^a alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro; 134XV/1.^a (PAN) - Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, na parte relativa à matéria da aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização dos descendentes de judeus sefarditas portugueses.	
XV/2	101- CACDLG-XV	Instituto dos Registos e Notariado (IRN, I.P.), Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.	Audição conjunta no âmbito da nova apreciação dos Projetos de Lei n.os 40/XV/1.^a (PSD) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que Aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei; 122/XV/1.^a (BE) - Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (10.^a alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 37.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro); 126XV/1 (L) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade; 127XV/1.^a (L) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses; 132XV/1.^a (IL) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade; 133XV/1.^a (PS) - Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à 10.^a alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro; 134XV/1.^a (PAN) - Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 102.º, ambos do Regimento da Assembleia da República, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para pronúncia, nas matérias que incidem sobre as suas competências, acerca do teor da proposta de substituição integral apresentada pelo PS.	2023-12-19

LEG/ SL	Número	Entidades / Membros do Governo	Assunto	Data da Audição
XV/2	100- CACDLG-XV	Juíza Conselheira Dora Sofia Lucas Neto Gomes	Audição da Juíza Conselheira Dora Sofia Lucas Neto Gomes, candidata a Juiz do Tribunal Constitucional nos termos e para os efeitos da alínea h) do artigo 163.º e do artigo 222.º da CRP bem como do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.	2023-11-27
XV/2	99- CACDLG-XV	Ministro da Administração Interna , Secretária de Estado da Proteção Civil	Audição do Ministro da Administração Interna, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) -"Aprova o Orçamento do Estado para 2024", nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 104.º e do n.º 2 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República (conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Agricultura e Pescas)	2023-11-07
XV/2	98- CACDLG-XV	Ministra da Justiça , Secretário de Estado Adjunto e da Justiça , Secretário de Estado da Justiça	Audição da Ministra da Justiça, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) -"Aprova o Orçamento do Estado para 2024", nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 104.º e do n.º 2 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República (conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças)	2023-11-06
XV/2	97- CACDLG-XV	Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares , Secretário de Estado da Juventude e Desporto , Secretária de Estado da Igualdade e das Migrações	Audição da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2024", nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 104.º e do n.º 2 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República (conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto)	2023-11-06
XV/2	96- CACDLG-XV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV)	Audição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida para apresentação do Relatório sobre o Estado da Aplicação das Novas Tecnologias à Vida Humana e respetivas implicações de natureza ética e social, dedicado às Tecnologias Disruptivas em Saúde: Edição Genómica Inteligência Artificial (conjunta com a Comissão de Educação e Ciência e a Comissão de Saúde)	2023-10-25
XV/2	95- CACDLG-XV	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos	Audição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, na sequência da aprovação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para apresentação e discussão do relatório referente à situação dos centros educativos em abril de 2023.	2023-10-18
XV/2	94- CACDLG-XV	Provedora de Justiça, Prof. Doutora Maria Lúcia Amaral	Audição da Provedora de Justiça, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD no âmbito da discussão na	2023-10-11

LEG/ SL	Número	Entidades / Membros do Governo	Assunto	Data da Audição
			especialidade do Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) e da PPL 91/XV/1 (GOV) (encontrando-se ainda pendente, mas em nova apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 826/XV/1.ª (PAN))	
XV/2	93- CACDLG-XV	CONSELHO DAS COMUNIDADES CORTUGUESAS - CCP	Audição do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) e da PPL 91/XV/1 (GOV) (encontrando-se ainda pendente, mas em nova apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 826/XV/1.ª (PAN))	2023-10-10
XV/2	92- CACDLG-XV	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, IP	Audição da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) e da PPL 91/XV/1 (GOV) (encontrando-se ainda pendente, mas em nova apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 826/XV/1.ª (PAN))	2023-10-10
XV/2	91- CACDLG-XV	CTT - Correios de Portugal, S.A.	Audição dos Correios de Portugal (CTT), a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) e da PPL 91/XV/1 (GOV) (encontrando-se ainda pendente, mas em nova apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 826/XV/1.ª (PAN))	2023-10-10
XV/2	90- CACDLG-XV	Centro Nacional de Cibersegurança - CNCS	Audição do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD no âmbito da discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) e da PPL 91/XV/1 (GOV) (encontrando-se ainda pendente, mas em nova apreciação na generalidade, o Projeto de Lei n.º 826/XV/1.ª (PAN))	2023-10-10
XV/2	89- CACDLG-XV	Secretária de Estado da Administração Interna	Audição da Secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, em representação do Ministro da Administração Interna, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, a propósito da falta de capacidade operacional da Polícia de Segurança Pública na cidade do Porto	2023-09-27
XV/2	88- CACDLG-XV	Ministro da Administração Interna, Secretária de Estado da Proteção Civil	Audição do Ministro da Administração Interna, para apresentação do Plano Estratégico de Segurança Rodoviária 2021-2030 – VisãoZero2030 (à porta fechada)	2023-09-20

- Audiências

Não foram concedidas audiências

- Projetos de voto

Foram apreciados na 2.ª Sessão Legislativa 14 Projetos de Voto

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	apreciação e votação em Comissão	Estado
Projeto de voto n.º 443/XV/2.ª (PSD)	22/09/2023	De saudação pelo Dia Internacional das Pessoas Idosas	04/10/2023	Concluído
Projeto de voto n.º 445/XV/2.ª (PS)	27/09/2023	De Solidariedade com a resistência das mulheres e jovens no Irão	11/10/2023	Concluído
Projeto de voto n.º 453/XV/2.ª (CH)	04/10/2023	De condenação pela agressão aos Deputados do Partido Chega na Manifestação Casa Para Viver em Lisboa	18/10/2023	Concluído
Projeto de Voto n.º 458/XV/2 (PSD)	09/10/2023	De saudação pelo Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos	18/10/2023	Concluído
Projeto de Voto 476/XV/2 (PS)	16/10/2023	De saudação a Claudia Goldin pelo Prémio Nobel da Economia 2023	25/10/2023	Concluído
Projeto de Voto 488/XV/2 (PS)	25/10/2023	De saudação pelos 125 Anos ao Serviço da Comunidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras	13/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 500/XV/2 (PAN)	16/11/2023	De saudação pelos 40 anos do Instituto de Apoio à Criança	13/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 501/XV/2 (PSD)	17/11/2023	De saudação pela celebração do 75º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcochete	13/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 502/XV/2 (PSD)	21/11/2023	De saudação pelo dia internacional contra a corrupção	13/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 503/XV/2 (PSD)	21/11/2023	De saudação pelo dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres	07/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 504/XV/2 (PSD)	21/11/2023	De saudação pelos 100 Anos ao serviço da comunidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tondela	13/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 509/XV/2 (PS)	27/11/2023	De Saudação pelo Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres	07/12/2023	Concluído
Projeto de Voto 512/XV/2 (PSD)	30/11/2023	De saudação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos	13/12/2023	Concluído

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	apreciação e votação em Comissão	Estado
Projeto de Voto 548/XV/2 (PSD) Da autoria da 1.ª-CACDLG	x	De congratulação pela solidariedade, altruísmo e coragem da população da comunidade-símbolo de Cambedo de Raia, no concelho de Chaves, com os fuxidos do regime franquista, e pelo seu heroísmo na operação militar de 20 de dezembro de 1946	10/01/2024	Concluído

- Relatórios apresentados que mereceram parecer da Comissão

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias apreciou, no âmbito das suas competências, os seguintes relatórios, sobre os quais emitiu parecer.

Outros foram objeto de debate, precedido de audição, nos termos regimentais:

Origem	Data de entrada na Comissão	Assunto	Dep. Relator / Despacho GAB-PAR	Parecer aprovado em Comissão a:	Estado
Provedora de justiça	04/07/2023	Relatório Anual de Atividades 2022 do Provedor de Justiça e Relatório 2022 do Mecanismo Nacional de Prevenção.	Marta Temido (PS)	27/09/2023	Concluído

- Requerimentos dos GP/DURP

Foram apresentados na presente sessão legislativa 13 requerimentos que mereceram a seguinte apreciação / votação:

- Potestativo (PSD) – 1
- Aprovados – 6
- Rejeitados – 7

Aprovados

Requerimentos	Votação
75 - BE Requerimento - audição várias individualidades sobre maus-tratos infância e acolhimento	Aprovado por unanimidade, na ausência dos GPs CH e DURP do PAN, na reunião da CACDLG de 27-09-2023 (audições a serem realizadas na SIND)
76 - PSD Requerimento - Audição urgente da Comissão Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos sobre o relatório 2023	Aprovado por unanimidade na reunião da CACDLG de 04-10-2023, na ausência do IL, BE, PAN e L
77 - PSD Requerimento - Audição da Procuradora-geral-adjunta, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, designada em abril Coordenadora da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica	Aprovado por unanimidade na reunião da CACDLG de 04-10-2023, na ausência do BE, PAN e L (audição a ser realizada na SIND)

Requerimentos	Votação
83 - PSD Requerimento audiência MAAP - Agência para a Integração Migrações e Asilo	Aprovado por unanimidade na reunião da CACDLG de 25-10-2023, na ausência do PCP, PAN e L
85 - PSD Requerimento - Lei da Nacionalidade - audições	Ponto 1) Aprovado com os votos a favor dos GPs do PS, PSD, IL, BE e DURP do L, abstenção dos GPs do CH e PCP, na ausência da DURP do PAN na reunião da CACDLG de 13-12-2023 Ponto 2) - Potestativo
87 - CH Requerimento - Audição da Ministra da Justiça sobre o processo de naturalização das gêmeas a quem foi administrado Zolgensma	Aprovado por unanimidade na reunião da CACDLG de 03-01-2024, na ausência do PCP, BE, PAN e L

Rejeitados

Requerimentos	Votação
78 - PCP Requerimento - Audição MAAP e AIMA sobre os atrasos nos processos de Autorização de Residência (rejeitado)	Rejeitado na reunião da CACDLG de 04-10-2023, com os votos contra do PS, a favor do PSD, CH, IL e PCP, na ausência do BE, PAN e L
79 - PSD Requerimento - Audição Ministra da Justiça - sobre a paralisação do funcionamento dos tribunais em consequência das sucessivas greves dos oficiais de justiça e o novo estatuto desses profissionais (rejeitado)	Rejeitado na reunião da CACDLG de 04-10-2023, com os votos contra do PS, a favor do PSD, CH, IL e PCP, na ausência do BE, PAN e L
80 - CH Requerimento - Audição MAAP - para prestar esclarecimentos sobre o procedimento de infração intentado pela Comissão Europeia contra Portugal (rejeitado)	Rejeitado na reunião da CACDLG de 04-10-2023, com os votos contra do PS e PSD, a favor do CH, a abstenção do PCP, na ausência do IL, BE, PAN e L
81 - CH Requerimento Audição Secretária Geral SIRP [171023]	Rejeitado na reunião da CACDLG de 13-12-2023, com os votos contra dos GPs do PS e PCP, a favor dos GPs do PSD e CH, abstenção dos GPs da IL e do BE e DURP do L, na ausência da DURP do PAN
82 - CH Requerimento audiência urgente MAI [171023]	Rejeitado na reunião da CACDLG de 13-12-2023, com os votos contra dos GPs do PS e PCP, a favor dos GPs do PSD e CH, abstenção dos GPs da IL e do BE e DURP do L, na ausência da DURP do PAN
84 - PAN - Requerimento audiência MJ relativamente aos sucessivos arquivamentos no âmbito de processos-crime referentes a situações de maus tratos de animais de companhia	Rejeitado na reunião da CACDLG de 03-01-2024, com os votos contra do GP do PS, abstenção do GP do PSD, a favor dos GPs do CH e DURP do PAN, ausência dos GPs do PCP, BE, IL e DURP do Livre.
86 - PSD Requerimento - Audição MAI - Situação do controlo das fronteiras (rejeitado)	Rejeitado na reunião da CACDLG de 20 de dezembro de 2023 com o voto contra do PS e o voto a favor do PSD, na ausência do CH, IL, PCP, BE, PAN e L

4. PROCESSOS ESPECIAIS

- OE e contas públicas

N.º	Data de baixa à comissão	Assunto	Nomeação Relator / Data	Relator	Estado
Proposta de Lei 109/XV/2 (GOV)	10/10/2023	Aprova o Orçamento do Estado para 2024	11/10/2023	Andreia Neto (PSD) Pedro Pinto (CH) Patrícia Gilvaz (IL)	Lei 82/2023

5. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias emitiu, no âmbito das suas competências, os seguintes pareceres:

Origem	Data de entrada na Comissão	Assunto	Dep. Relator / Despacho GAB-PAR	Parecer aprovado em Comissão a:	Estado
GAB-PAR	26/04/2023	Pedido de parecer sobre a consideração da Federação Portuguesa de Futebol como entidade pública para efeitos da alínea e) do artigo 156.º da Constituição e da alínea e) do artigo 4.º do Regimento	Pedro Delgado Alves (PS)	10/01/2024	Concluído
GAB-PAR	12/10/2023	Pedido de parecer sobre Despacho 87 - não admissão do Projeto de Resolução n.º 925/XV/2.ª (PAN) – Assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária pela Assembleia da República para assegurar a consagração da proteção dos animais na Constituição	Alexandra Leitão (PS)	18/10/2023	Concluído
CTSSI / GAB-PAR	11/10/2023	Pedido de parecer da CTSSI ao GAB-PAR sobre a interpretação e aplicação da norma do Regimento da Assembleia da República constante do n.º 3 do seu artigo 104.º, conjugado com as alíneas b) e c) do n.º 2 do seu artigo 102.º	Pedro Delgado Alves (PS)	25/10/2023	Concluído
CS / GAB-PAR	31/10/1023	Pedido de parecer sobre interpretação e aplicação de normas do Regimento da Assembleia da República, requerido pela Comissão de Saúde	Pedro Delgado Alves (PS)	10/01/2024	Concluído

6. ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS EUROPEUS

Escrutínio das Iniciativas Europeias

Na 2.ª Sessão Legislativa a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias escrutinou 4 iniciativas europeias.

Data de receção na CACDLG	Número	Título do Documento	Data da distribuição na CACDLG	Deputado/a Relator/a	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
20/09/2023	COM (2023)360	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um quadro de acesso aos dados financeiros e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, (UE) n.º 1094/2010, (UE) n.º 1095/2010 e (UE) 2022/2554	27/09/2023	Pedro Anastácio (PS)	11/10/2023
20/09/2023	COM (2023)424	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2012/29/UE que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho	27/09/2023	Cláudia Santos (PS)	11/10/2023
04/10/2023	COM (2023)516	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às associações europeias transfronteiriças	11/10/2023	Romualda Fernandes (PS)	25/10/2023
24/10/2023	COM (2023)582	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/62/UE no que respeita a determinados requisitos em matéria de comunicação de informações	25/10/2023	Alma Rivera (PCP)	07/12/2023
08/11/2023	COM (2023)642	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1806 no respeitante à revisão do mecanismo de suspensão	23/11/2023	Deliberado não escrutinar atenta a eminente dissolução da AR	x

7. RELAÇÕES EXTERNAS

- Cooperação interparlamentar

Informação integrada no ponto 8. APROXIMAÇÃO AOS CIDADÃOS/ Deslocações/ Representações.

- Visitas de entidades estrangeiras

Informação integrada no ponto 3. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO/ Audições e Audiências.

8. APROXIMAÇÃO AOS CIDADÃOS

- Petições

Na presente Sessão Legislativa foram distribuídas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias 9 Petições e concluído a apreciação de 14 (7 da 1.ª SL e 7 da 2.ª SL), mantendo-se 2 em apreciação na Comissão.

Concluídas

Petição N.º	Assunto	Data Baixa Comissão	Deputado/a Relator/a	Estado na Comissão
Petição N.º 124/XV/1	Em defesa da Lei que criminaliza os maus-tratos a animais - Maltratar um animal tem de ser crime em Portugal	22/03/2023	Pedro Delgado Alves (PS)	Concluída
Petição N.º 165/XV/1	Respeito pelos Bombeiros	31/05/2023	Alma Rivera (PCP)	Concluída
Petição N.º 197/XV/1	Solicitam a alteração da Lei da Nacionalidade, no que se refere à contagem dos cinco anos de residência legal em território português para efeitos de naturalização	18/07/2023	Alexandra Leitão (PS)	Concluída
Petição N.º 203/XV/1	Nacionalidade por tempo de residência, contabilizando o tempo do processo de manifestação de interesse Texto final da petição	11/08/2023	Alexandra Leitão (PS)	Concluída
Petição N.º 212/XV/2	Pela Faia. Pela consagração constitucional do bem estar animal enquanto bem jurídico tutelado. Por um Direito Animal justo e consequente.	29/09/2023	Pedro Delgado Alves (PS)	Concluída

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Petição N.º	Assunto	Data Baixa Comissão	Deputado/a Relator/a	Estado na Comissão
Petição N.º 218/XV/2	Pretende que o 25 de novembro de 1975 seja comemorado no próximo dia 25 de novembro de 2023	02/10/2023	x	Indeferimento Liminar
Petição N.º 228/XV/2	Solicitam alteração/revisão constitucional que aprove a inclusão explícita e inequívoca da protecção dos animais não-humanos na Constituição da República Portuguesa Texto final da petição	19/10/2023	Pedro Delgado Alves (PS)	Concluída
Petição N.º 239/XV/2	Mecanismo de segurança pública contra o esquecimento de crianças no automóvel	17/11/2023	x	Concluída
Petição N.º 241/XV/2	Referências Multibanco fraudulentas: Bloqueio de entidades	17/11/2023	x	Concluída
Petição N.º 244/XV/2	Solicitar Parecer ao Tribunal Constitucional sobre a Constitucionalidade da Concordata entre o Estado Português e o Vaticano	17/11/2023	x	Concluída
Petição N.º 161/XV/1	Respeitar os Oficiais de Justiça, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira para um normal funcionamento do sistema de justiça	31/05/2023	Raquel Ferreira	Concluída
Petição N.º 164/XV/1	Criminalização da alienação parental e sua integração na lista de tipologias de problemáticas de perigo	02/06/2023	Anabela Real (PS)	Concluída
Petição N.º 176/XV/1	Criação do Dia do Oficial de Justiça	14/06/2023	Raquel Ferreira (PS)	Concluída
Petição N.º 250/XV/2	Cambado da Raia e o Pós-Guerra Civil espanhola, os trágicos acontecimentos de dezembro de 1946 e o processo da Pide nº 917/46 Pelo Direito à Memória e ao Ressarcimento	11/12/2023	Rui Tavares (L)	Concluída

Pendentes

Petição N.º	Assunto	Data Baixa Comissão	Deputado/a Relator/a	Estado na Comissão
Petição N.º 237/XV/2	Disponibilização de agendamentos para Reagrupamento Familiar	14/11/2023	x	Em apreciação

Petição N.º	Assunto	Data Baixa Comissão	Deputado/a Relator/a	Estado na Comissão
Petição N.º253/XV/2	Não queremos que as crianças e jovens sejam obrigados a partilhar os WCs e balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto	21/12/2023	Emília Cerqueira (PSD)	Em apreciação
Petição N.º257/XV/2	Pela não imposição do título de residência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) às pessoas naturais desses países	08/01/2024	x	Atenta a dissolução da AR será redistribuída e apreciada na próxima Legislatura

- Iniciativas Legislativas de Cidadãos

Na 2.ª Sessão Legislativa não houve indicação de baixas para apreciação na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de iniciativas legislativas de cidadãos.

- Página da Comissão

Entre 15 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 a [Página](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias foi acedida 9801 vezes.

XV LEG - 2.ª SL [15set2023 - 31dez2023]			
2023			
set	out	nov	dez
1562	3250	2169	2820
Total			
9801			

- Deslocações/Visitas/Representações

Na 2.ª Sessão Legislativa a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias realizou 1 Cerimónia e fez-se representar em 16 eventos nacionais e internacionais (6 pelo Presidente / 10 por delegação da Comissão).

- Eventos

Data do Evento	Assunto	Local
2023-12-13	Cerimónia de Entrega do Prémio Direitos Humanos 2023	Salão Nobre da Assembleia da República

- Visitas

Não foram realizadas visitas na 2.ª Sessão Legislativa

- Deslocações / Representações

Data Inicial	Data Final	Assunto	Local	Delegação
2023-12-21	2023-12-21	Cerimónia de Tomada de Posse de Margarida Cristina da Silva Grade Charraz Godinho Carrilho Costa como Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, a convite do Senhor Presidente da Assembleia da República	Sala de Visitas de Presidência do Palácio de São Bento	FERNANDO NEGRÃO (PSD)
2023-12-19	2023-12-19	Participação do Senhor Deputado Bruno Aragão, em representação do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão, numa audiência concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, a um grupo de jornalistas árabes no âmbito de um programa de formação promovido pelo KAICIID "Dialogue Journalism Fellowship Program"	Salão Nobre	BRUNO ARAGÃO (PS)
2023-12-04	2023-12-04	Reunião Interparlamentar organizada pela comissão EMPL do PE, subordinado ao tema: «Participação de pessoas com deficiência no processo eleitoral»	Videoconferência	EMÍLIA CERQUEIRA (PSD)
2023-11-13	2023-11-14	Participação de uma delegação da Assembleia da República à Islândia para participação no Reykjavík Global Forum – Women Leaders	Reykjavík - Islândia	EMÍLIA CERQUEIRA (PSD) ROMUALDA NUNES FERNANDES (PS)
2023-11-08	2023-11-08	Participação da Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputada Cláudia Santos, em representação do Presidente desta Comissão, enquanto oradora no Workshop Regional Conjunto sobre o Reforço do Papel dos Parlamentos na Defesa e Promoção dos Direitos Humanos na África Austral - INTER PARES/SADC PF	Videoconferência	CLÁUDIA SANTOS (PS)
2023-11-08	2023-11-08	Participação do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão, enquanto orador, no primeiro painel: "Dinâmicas e ameaças à liberdade e segurança - que futuro?", da 5ª Edição do curso monográfico sobre Segurança Interna, intitulado Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna (CIESI)	Instituto Universitário Militar	FERNANDO NEGRÃO (PSD)
2023-11-07	2023-11-07	4.ª Reunião Interparlamentar dedicada à Avaliação das atividades da EUROJUST	Bruxelas	PEDRO ANASTÁCIO (PS) HUGO CARNEIRO (PSD) JORGE SEGURO SANCHES (PS)

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Data Inicial	Data Final	Assunto	Local	Delegação
				RICARDO SOUSA (PSD)
2023-11-03	2023-11-03	Agenda da Reforma da Justiça - Uma Reflexão Aberta e Alargada do Judiciário, participação do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão, na sessão de abertura do evento, a convite do Presidente da Direcção Nacional da ASJP, Manuel Henrique Ramos Soares, e em representação do Senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva	Refeitório dos Monges - AR	FERNANDO NEGRÃO (PSD)
2023-10-27	2023-10-27	Tomada de Posse de Membros do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a convite do Senhor Presidente da Assembleia da República	Sala de Visitas da Presidência - AR	FERNANDO NEGRÃO (PSD)
2023-10-25	2023-10-25	Reunião interparlamentar (AFCO) sobre a «Preparação para as eleições europeias 2024» (por videoconferência)	Sala 3	PEDRO DELGADO ALVES (PS) ROSÁRIO GAMBÔA (PS) HUGO CARNEIRO (PSD) CATARINA ROCHA FERREIRA (PSD)
2023-10-24	2023-10-24	Seminário Complementaridade entre as áreas da Saúde e Ação Social nas Respostas Sociais de Acolhimento, participação da Senhora Deputada Mónica Quintela em representação do Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão	Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra	MÓNICA QUINTELA (PSD)
2023-10-20	2023-10-20	Seminário Final do projeto Tribuna Feminista: direitos humanos das mulheres no centro da democracia, convite para a abertura do Seminário pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão, e participação enquanto oradora da Senhora Deputada Patrícia Faro, Deputada na Subcomissão Parlamentar para a Igualdade e Não Discriminação, no painel "Integrar os Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas na implementação da legislação e das políticas"	Auditório António de Almeida Santos	FERNANDO NEGRÃO (PSD) PATRÍCIA FARO (PS)
2023-10-18	2023-10-18	Cerimónia de tomada de posse da Presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, a convite do Presidente do Tribunal Constitucional, José João Abrantes	Sala de Atos Públicos do Tribunal Constitucional	FERNANDO NEGRÃO (PSD)

Data Inicial	Data Final	Assunto	Local	Delegação
2023-10-02	2023-10-02	Cerimónia do 28.º Aniversário do SIED, a convite do Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Pedro Marinho da Costa	Forte D. Carlos I	FERNANDO NEGRÃO (PSD)
2023-09-20	2023-09-20	ICM PETI - Cooperação com as comissões de petições dos Parlamentos nacionais, troca de boas práticas e reflexão sobre novas abordagens	Bruxelas	CRISTIANA FERREIRA (PSD)
2023-09-20	2023-09-21	13.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol	Bruxelas	PATRÍCIA GILVAZ (IL) ALMA RIVERA (PCP)

9.SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

- Subcomissões

- **Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais**

A [Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias iniciou funções no dia 20 de abril de 2022 e é composta por 11 Deputados efetivos e 6 Deputados suplentes, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS 2-PS / 3-PSD / 1-CH / 1-IL / 1-PCP / 1-BE / 1-PAN / 1-L	
Sara Madruça da Costa , <i>Presidente</i>	PSD
Francisco Pereira de Oliveira Joana Sá Pereira	PS
Hugo Carneiro Sofia Matos	PSD
Pedro Pinto	CH
Patrícia Gilvaz ,	IL
Alma Rivera ,	PCP
Pedro Filipe Soares	BE
Inês de Sousa Real	PAN
Rui Tavares	L

MEMBROS SUPLENTEs 2-PS / 2-PSD / 1-CH / 1-BE	
Cláudia Santos Marta Temido	PS
Mónica Quintela Ofélia Ramos	PSD
Bruno Nunes	CH
Joana Mortágua	BE

A [Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais](#) manteve-se em funções na presente Sessão Legislativa tendo realizado [1 deslocação / representação](#).

Audições SRSAP

Não foram realizadas audições na 2.ª Sessão Legislativa

Audiências SRSAP

Não foram realizadas audiências na 2.ª Sessão Legislativa

Visitas SRSAP

Não foram realizadas visitas na 2.ª Sessão Legislativa

Deslocações / Representações SRSAP

Data Inicial	Data Final	Assunto	Local	Delegação
2023-11-08	2023-11-08	Participação da Presidente da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais, Deputada Sara Madrugá Costa, enquanto oradora, no Encontro O espaço de reclusão: organização e funcionamento das prisões em Portugal, a convite da Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Professora Conceição Gomes	Videoconferência	SARA MADRUGA DA COSTA (PSD)

- **Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação**

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias iniciou funções no dia 20 de abril de 2022 e é composta por 11 Deputados efetivos e 6 Deputados suplentes, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS 3-PS / 2-PSD / 1-CH / 1-IL / 1-PCP / 1-BE / 1-PAN / 1-L	
Isabel Alves Moreira , <i>Presidente</i>	PSD
Patrícia Faro Susana Amador	PS
Catarina Rocha Ferreira Emília Cerqueira	PSD
Bruno Nunes	CH
Patrícia Gilvaz	IL
Alma Rivera	PCP
Joana Mortágua	BE
Inês de Sousa Real	PAN
Rui Tavares	L
MEMBROS SUPLENTE 2-PS / 2-PSD / 1-CH / 1-BE	
Marta Freitas Romualda Nunes Fernandes	PS
André Coelho Lima Lina Lopes	PSD
Pedro Pinto	CH
Pedro Filipe Soares	BE

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) realizou [1 reunião](#)

Audições SIND

Não foram realizadas audições na 2.ª Sessão Legislativa

Audiências SIND

Não foram realizadas audiências na 2.ª Sessão Legislativa

Visitas SIND

Não foram realizadas visitas na 2.^a Sessão Legislativa

Deslocações / Representações SIND

Não foram realizadas deslocações / representações na 2.^a Sessão Legislativa

- Grupos de Trabalho

- **Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República**

A 20 de abril de 2022, por deliberação da Comissão foi constituído o **Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República**, composto por **10 Deputados** de todos os Grupos Parlamentares / DURPS e Coordenado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), realizou, na presente sessão Legislativa, **3 reuniões**.

- **Grupo de Trabalho - Metadados (PJs 70, 79 e 100 e PPL 11)**

A 8 de junho de 2022, por deliberação da Comissão foi constituído o **Grupo de Trabalho - Metadados (PJs 70, 79 e 100 e PPL 11)**, composto por **10 Deputados** de todos os Grupos Parlamentares / DURPS e Coordenado pelo Deputado André Coelho Lima (PSD), realizou, na presente sessão Legislativa, **2 reuniões** e **1 audição**,

- **Grupo de Trabalho-Audições de Peticionantes e Audiências**

A 14 de setembro de 2022, por deliberação da Comissão foi constituído o **Grupo de Trabalho-Audições de Peticionantes e Audiências**, composto por **8 Deputados** de todos os Grupos Parlamentares / DURPS e Coordenado pelo Deputado Bruno Aragão (PS), realizou, na presente sessão Legislativa, **8 reuniões** e **8 audições**.

- **Grupo de Trabalho-Avaliação da Legislação sobre Abusos Sexuais contra Menores**

A 15 de março de 2023, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho-Avaliação da Legislação sobre Abusos Sexuais contra Menores](#), composto por **11 Deputados** de todos os Grupos Parlamentares / DURPS e Coordenado pela Deputada Paula Cardoso (PSD), realizou, na presente sessão Legislativa, [3 reuniões](#) e [4 audições](#),

- **Grupo de Trabalho-Júri Prémio Direitos Humanos 2023**

A 16 de junho de 2023, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho-Júri Prémio Direitos Humanos 2023](#), composto por **9 Deputados** de todos os Grupos Parlamentares / DURPS e Coordenado pelo Presidente da 1.^a Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), realizou, na presente sessão Legislativa, [4 reuniões](#),